

INFORMATIVO SEMANAL DA **CACB** SOBRE TEMAS ECONÔMICOS, TRIBUTÁRIOS E POLÍTICOS DE INTERESSE DO SETOR PRIVADO BRASILEIRO E DE UTILIDADE GERENCIAL

DATA: 10/09/2004

ANO II - Nº. 064

ALGUNS ELEMENTOS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

O último ponto a sentir os efeitos do crescimento da economia é o emprego. Os níveis de desemprego têm melhorado – embora permaneçam elevados – mas a melhora dos indicadores econômicos teria como fator preponderante a maior oferta de crédito. A capacidade ociosa das empresas industriais suporta o crescimento inicial mas, em momento imediato, deve ser sustentada por novos investimentos. E os novos investimentos ampliam a oferta de empregos. O quadro, sem dúvida, é positivo, mas não justifica euforia. A economia saiu da fase de aquecimento e entrou na de crescimento, que se espera duradouro.

Um dado relevante é o crescimento do PIB no segundo trimestre de 2004. Segundo o IBGE, ele foi de 5,7%, fazendo o semestre fechar com 4,2% de expansão do Produto Interno Bruto.

Dois fatores mereceram destaque do IBGE. O principal é que o crescimento não se deu somente em função do crescimento das exportações, que o vinha sustentando. No segundo trimestre de 2004 o consumo das famílias aumentou em 5%, fechando o semestre com crescimento de 3,1%. O outro destaque é o crescimento da chamada “Formação Bruta de Capital Fixo”, que são os investimentos. Depois de quedas sucessivas, de abril a junho os investimentos cresceram, segundo o IBGE, 11,7%, fechando o semestre com 6,8% positivos.

Tanto o IBGE quanto o IPEA acreditam que o PIB crescerá, em 2004, no mínimo 4%. No primeiro semestre, a agropecuária cresceu 5,7%; a indústria, 4,7%; e serviços, 2,8%. O destaque é que pela primeira vez nos últimos trimestres o crescimento da indústria nos meses de abril, maio e junho (segundo trimestre do ano) foi maior que o da agropecuária, que vinha sustentando a economia. Um dos itens importantes, a construção civil, depois de quedas sucessivas aumentou 6,7% no primeiro semestre, impulsionada por uma maior oferta de crédito.

ALGUNS ELEMENTOS DA DÍVIDA PÚBLICA

A dívida pública brasileira, que em dezembro de 1999 era de R\$ 441,41 bilhões, chegou a julho de 2004 a R\$ 759,2 bilhões, mais já foi um pouco maior em abril deste ano (R\$ 767,67 bilhões). Os dados são do Banco Central. Um elemento importante de análise da dívida é sua composição. Em julho de 2004, a dívida, segundo a forma de correção, tinha o seguinte quadro:

Composição da dívida por fator de correção

Dívida corrigida por:	% do total da dívida
TR	1,86%
Câmbio	14,11%
Índices de preços	15,12%
Prefixada	15,13%
Taxa SELIC	53,77%

Fonte: Banco Central

O destaque é o percentual da dívida pública federal em títulos públicos corrigida pelo câmbio. 14,11% é o menor percentual da história brasileira e há expectativa de que pode cair mais nos meses seguintes, reduzindo a pressão sobre este importante elemento da economia.

Segundo o Banco Central, o nível da dívida prefixada está dentro do normal. Estes títulos são mais atrativos, pois a correção é acertada no momento de sua emissão, o que lhe garante mais previsibilidade.

A dívida corrigida pelo SELIC (53,77%) do total é um dos elementos fundamentais para a decisão do BC em relação à taxa de juros. Um aumento de 1 ponto percentual na SELIC significaria ampliar a dívida em mais de R\$ 4 bilhões, daí o ajuste fino em cada reunião do Comitê de Política Monetária.

CONGRESSO NACIONAL

A atividade legislativa parou à espera da eleição municipal de outubro. Infelizmente, é assim que funciona o Congresso Nacional, seja sob que comando estiver. A política brasileira e o trabalho legislativo são pautadas por interesses eleitorais nem sempre muito claros. O Brasil pára, e com ele entidades, instituições, empresas, investidores... à espera do parto municipal. A ausência dessa ação por longo período de tempo – assegurados, entretanto, todos os custos como se em funcionamento pleno estivesse – pode produzir o efeito de passar para a sociedade a desnecessidade do seu funcionamento e produzir mais desencantos em relação à classe política, onerosa e pouco produtiva. Nesse período de recesso branco todos recebem em dia (como também nos demais recessos), mas o chamado “esforço concentrado” (período de uma semana por mês durante o recesso) resulta em nada. Nada se debate, nada se vota, nada se decide. Estão aí a PPP e outros projetos importantes para provar a nulidade do esforço, que melhor denominado seria descanso.

Responsabilidade Técnica:

RN & MARINI Editora e Comunicação

SCN Qd. 02, Ed. Centro Empresarial Liberty Mall, Torre B, Sala 431 CEP:70712-903

Fone: (61) 327-8690/328.8053 – Fax: (61) 326-4138

E-mail: rn.marini@terra.com.br / rn@brturbo.com / carnltda@terra.com.br